

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1011148-49.2017.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral**
Requerente: **Rosangela Silva Rocha**
Requerido: **Banco Bradesco S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Letícia Lemos Rossi

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DE C I D O.

Trata-se de ação em que o autor se volta contra cadastro de seu nome no banco de dados dos órgãos de proteção ao crédito, lavrados pelo réu contra ele sem que houvesse motivo para tanto.

Almeja à a declaração da inexigibilidade do débito e ao ressarcimento pelos danos morais que eles lhe causaram.

Em contestação a ré amealhou as faturas de cartão de crédito que renderam ensejo aos débitos impugnados, reafirmando a existência do débito, inclusive do qual a autora tinha ciência, tanto que em duas oportunidades efetuou o parcelamento da dívida, mas não efetuou os pagamentos correspondentes.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Tal cenário viabilizou as negativação trazidas à colação.

Manifestando-se a propósito (fl. 225), a autora, ao contrário do teor da petição inicial, não refutou os fatos elencados na peça de resistência, não rechaçou a contratação do cartão de crédito e tampouco o débito cobrado, o que alias assumiu como de sua responsabilidade, limitando-se em apontar a divergência entre os valores cobrados e os apresentados no acordo.

A conjugação desses elementos conduz à rejeição da postulação vestibular.

Com visto a autora não refutou sua responsabilidade perante o débito cobrado pelo réu e tampouco rechaçou a contratação do cartão de crédito indicado na contestação.

Nem mesmo a aplicação ao caso do art. 6º, inc. VIII, do CDC, favoreceria à autora, pois houve suficiente comprovação de que réu tinha respaldo para a cobrança dos débitos.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Torno sem efeito a decisão de fls. 30/31, item 1
Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 16 de janeiro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**